

# "Bom acordo ortodoxo"

24 JUN 1988 GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto  
de São Paulo

O novo acordo do Brasil com os bancos credores abre dois precedentes: de um lado, atenua as vinculações com os resultados do programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI); de outro, contudo, cria um espaço inédito de interferência do Banco Mundial (BIRD). (Ver matéria nesta página.)

O BIRD sempre exigiu o cumprimento de certas condicionalidades para liberar empréstimos aos países. No caso dos empréstimos setoriais, trata-se de condicionalidades bastante abrangentes, que envolvem pontos importantes da política econômica.

O acordo com os bancos amarra a liberação de US\$ 750 milhões ao êxito de dois empréstimos setoriais com o BIRD: um do setor energético e outro do setor comercial. Ambos estão sendo negociados há muito tempo. O energético é considerado dentro do BIRD como em estágio bastante avançado, já que os principais pontos foram atendi-

dos pelo Brasil. O comercial, contudo, ainda está sujeito a discussões: ele prevê, na essência, maior liberalização do comércio exterior brasileiro. A simples aprovação da reforma tarifária prevista para julho não é considerada suficiente.

Pode-se argumentar que o Brasil, de um modo ou de outro, precisa do dinheiro do BIRD e teria de enfrentar esse problema. De todo modo, o fato de atar parte do dinheiro dos bancos a esses dois empréstimos, sob a forma de co-financiamentos, aumenta o poder de barganha do BIRD e lhe amplia o espaço na mesa de negociação com o maior país devedor — algo que o BIRD vem perseguindo, como estratégia, há alguns anos. No governo brasileiro, muitos consideram as condicionalidades do BIRD mais incômodas do que as do FMI.

Os bancos queriam essa maior vinculação e ganharam, ainda que sobre uma parcela relativamente pequena do total de US\$ 5,2 bilhões de novos recursos envolvidos no acordo. Em

contrapartida, aceitaram liberar a maior parte, US\$ 4 bilhões, do total sem qualquer vinculação direta com o FMI. A vinculação continua a existir apenas em duas parcelas de US\$ 600 milhões cada uma.

De uma forma geral, a avaliação de vários economistas sobre o acordo com os bancos é positiva. "É o melhor acordo ortodoxo de que se tem notícia", acha, por exemplo, o ex-diretor do Banco Central, André Lara Resende. Uma opinião plenamente compartilhada pelo antigo assessor especial do presidente José Sarney, Luiz Paulo Rosemberg.

Até mesmo adversários da ortodoxia, como Paulo Nogueira Batista Júnior, um dos inspiradores da moratória, admitem que o acerto parece ter sido razoável dentro dos cânones ortodoxos. A discordância de Batista Júnior, contudo, está na raiz: o montante de dinheiro dos bancos é insuficiente para permitir uma redução no valor do saldo comercial e, em consequência, uma menor remessa líquida de recursos ao exterior. Com isso, a economia permaneceria pressionada.

De fato, para que as projeções das contas externas fiquem confortáveis, a partir do acordo, é preciso imaginar um saldo comercial bastante respeitável — algo que, diga-se, parece praticamente certo neste ano. Rosemberg, por exemplo, supõe que as reservas cambiais acabarão o ano com um acréscimo de US\$ 1 bilhão graças ao acordo, mas imagina, como ponto de partida, um saldo comercial de US\$ 14,7 bilhões.

Existe alguma controvérsia sobre o efeito do acordo nas contas externas.

Muitos suspeitam que o valor das reservas, hoje, seja muito superior ao que informações extra-oficiais de Brasília permitem supor. O País está há quase quatro meses sem pagar um único centavo aos bancos e

(Continua na página 17)

O presidente do Comitê Assessor dos Bancos Credores, William Rhodes, afirmou ontem que, mesmo após o acordo de reescalonamento da dívida externa do País, "há um longo caminho para restaurar a credibilidade do Brasil", segundo o Financial Times. "Será necessário um enorme esforço para se chegar a isso, mas é o que estamos planejando fazer", acrescentou.

(Ver página 17)